

**O TRABALHO E ATUAÇÃO DA COALIZÃO  
PELA SOCIOEDUCAÇÃO  
NA GARANTIA DE DIREITOS PARA  
ADOLESCENTES E JOVENS  
NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137trabalhoatuacaocoalizao>



**Thaisi Bauer**

*thaisibauer@gmail.com*

Secretária Executiva da Coalizão Pela Socioeducação, Advogada.

**Paola Mendes**

*paolabettamiomendes@gmail.com*

Assessora Técnica da Coalizão Pela Socioeducação, Advogada e Doutora em Direito pela UFRJ.

**Rosana Oliveira**

*rosanaxmo@gmail.com*

Analista de Comunicação da Coalizão pela Socioeducação, Comunicóloga e Pós-Graduada de Educação Social e Direitos Humanos pela UFRGS.

**O TRABALHO E ATUAÇÃO DA COALIZÃO PELA SOCIOEDUCAÇÃO  
NA GARANTIA DE DIREITOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS  
NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

**THE WORK AND ACTION OF THE COALITION FOR SOCIOEDUCATION IN  
GUARANTEEING RIGHTS FOR ADOLESCENTS AND YOUNG PEOPLE IN  
THE SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM**

**EL TRABAJO Y LA ACTUACIÓN DE LA COALICIÓN POR LA  
SOCIOEDUCACIÓN EN LA GARANTÍA DE DERECHOS DE LOS  
ADOLESCENTES Y JÓVENES EN EL SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

O Sistema Socioeducativo que conhecemos hoje teve origem após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, legislação pioneira na incorporação dos princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças (ONU, 1989). Completando 33 anos este ano, o ECA junto da Lei do Sinase (Lei 12.594/2012) trouxeram efetivas mudanças no cenário da justiça juvenil na luta por direitos para crianças e adolescentes. Contudo, é importante reafirmar que a consolidação dessas legislações não foi e não é suficiente para assegurar uma vida digna e justa para o público infanto-juvenil no Brasil.

No que tange a garantia dos direitos de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, notamos uma intensificação do caráter repressivo e punitivo das políticas de controle da criminalidade e da força assumida nos últimos anos pelos discursos contrários aos direitos humanos. Nesse sentido, cabe mencionar que ainda que crianças e adolescentes permaneçam fora da justiça criminal, há um contexto punitivo que se manifesta, por exemplo, nas produções legislativas a favor da redução da maioridade penal, além das altas taxas de letalidade policial<sup>1</sup> que atingem de forma sistemática a juventude negra e favelada.

Também é preciso ressaltar o enfraquecimento das políticas públicas voltadas para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes nos últimos anos, em especial do SINASE, evidenciado pela ausência das avaliações e, por consequência, dos dados, e sistemática redução orçamentária no campo. No plano orçamentário que abarca os anos de 2020-2023, por exemplo, a palavra adolescente sequer é citada e o programa específico voltado para o público em questão foi excluído (INESC, 2020). Portanto, é urgente o fortalecimento da sociedade civil para atuar neste campo e evitar retrocessos.

---

1 O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 divide a ocorrência de mortes violentas entre crianças e adolescentes em dois grupos principais: de um lado, as vítimas de 0 a 12 anos, e de outro tem-se o grupo de mortes de adolescentes, entre 12 e 17 anos, com mais de 80% das vítimas sendo homens, negros, assassinados pelo uso de arma de fogo, que ocorrem sobretudo na rua (43,4%) ou em locais que não sejam a residência da vítima (40,2%). Foram 308 óbitos decorrentes da ação policial com vítimas crianças e adolescentes, sendo que a imensa maioria são mortes de adolescentes.

Em 2020, diante da necessidade de articulação nacional da sociedade civil, surge a Coalizão Pela Socioeducação com o intuito de incidir sobre a realidade de violações e violências a que estão sujeitos(as) os(as) adolescentes e jovens inseridos(as) no Sistema Socioeducativo brasileiro e fortalecer a aplicação das normas nacionais e internacionais em defesa, proteção e promoção de direitos junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Atualmente, a Coalizão pela Socioeducação é uma articulação formada por 53 Organizações Não Governamentais, Coletivos, Frentes Estadual pelo Desencarceramento, Defensorias Públicas, Mecanismos Estaduais e Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Pesquisadores (as) e Especialistas com atuação no Sistema Socioeducativo. Com o objetivo de defender de forma irrestrita os direitos humanos de adolescentes e jovens, inseridas/os no Sistema Socioeducativo, a Coalizão pela Socioeducação tem como compromissos: a luta por uma Socioeducação pautada no protagonismo de adolescentes, a articulação com a sociedade civil e coletivos que atuam nos territórios, o fortalecimento e aplicação das normas nacionais e internacionais de defesa e a proteção e promoção de direitos da população adolescente e jovem no Sistema Socioeducativo Brasileiro.

São princípios da Coalizão pela Socioeducação: a efetivação dos direitos de adolescente e jovens com absoluta prioridade; o combate ao racismo (institucional e estrutural), da tortura, da LGTfobia, da discriminação e qualquer tipo de violência no Sistema Socioeducativo; a garantia e fortalecimento de direitos de adolescentes, jovens e suas famílias; o enfrentamento às tentativas de redução da maioridade penal; o enfrentamento às tentativas de aumento de tempo das medida socioeducativas; o enfrentamento às tentativas de aproximação do Sistema Socioeducativo do Sistema prisional; o enfrentamento ao Sistema de Garantia de Direitos que não se identifica enquanto um Sistema integrado e que pautar a seletividade do Sistema de justiça juvenil como resultado do sistema capitalista, racista e machista.

A Coalizão Pela Socioeducação se organiza através de grupos de trabalho que possuem autonomia para elaborar estratégias de atuação, sempre ratificadas nas assembleias mensais. Os Grupos de Trabalho são divididos por temática e são eles: GT LEGISLATIVO que faz incidência política no âmbito do Congresso Nacional, evitando retrocessos e promovendo avanços legislativos; GT DADOS que é responsável pela coleta de dados sobre o Sistema Socioeducativo; GT SISTEMA DE JUSTIÇA que tem atuação em órgãos do sistema de justiça, processos judiciais e conselhos nacionais de direitos humanos, promovendo a defesa dos direitos de adolescentes e de políticas públicas no Sistema de justiça juvenil; e o GT COMUNICAÇÃO que propõe campanhas de comunicação formativa e informativa para atores estratégicos e sociedade.

Atualmente, a Coalizão é financiada pelo Instituto Alana, com apoio da Porticus, e pelo CEDECA/CE, com apoio da KNH Brasil. Sobre os projetos que temos atuação direta destacamos: a incidência política, a produção de conhecimento e o controle e participação efetiva nos conselhos e ações que envolvem a temática da socioeducação.

Sobre a incidência política na esfera legislativa, estivemos acompanhando diversos Projetos de Leis que envolvem algum tipo de retrocesso no campo da socioeducação, principalmente os que envolvem a temática da redução da maioria penal, uso de arma de fogo por agentes socioeducativos, vedação de visita íntima dentro das Unidades Socioeducativas, a modificação do campo da Socioeducação para pasta da Segurança Pública e demais. A incidência dentro deste eixo consiste em mobilizar dentro do Congresso Nacional audiências públicas e aproximar parlamentares que se mostrem contrários a esses retrocessos para impedir sua aprovação. Além disso, a Coalizão serve de facilitadora entre a sociedade civil e parlamentares para organizar palestras e atividades com a finalidade de debater as questões que envolvem esses Projetos de Lei. Ademais, a Coalizão também redige Projetos de Leis positivos que visam garantir direitos para (os) adolescentes que se encontram cumprindo medidas socioeducativas.

No que tange a incidência política na esfera executiva, acompanhamos o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e no ano de 2022 conseguimos uma vitória histórica ao incidir sobre a aprovação de uma Resolução que estabelece diretrizes para o atendimento socioeducativo às adolescentes privadas de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A Coalizão teve um papel fundamental ao contribuir de forma ativa para a construção do documento e pressionar os e as membros do Conselho para aprovação em conjunto de outras organizações e sociedade civil. A Coalizão também foi convidada para compor o subgrupo de crianças e adolescentes, vinculado ao GT de Direitos Humanos, coordenado pela Deputada Maria do Rosário em 2022 para o governo de transição, encaminhando um documento com contribuições a serem remetidas à coordenação dos grupos técnicos, apontando os principais retrocessos institucionais e normativos, além dos gargalos que serão encontrados pelo novo Governo Federal.

No campo da litigância do poder judiciário, a Coalizão tem tido um papel fundamental no combate à privatização do Sistema Socioeducativo brasileiro. Minas Gerais foi o primeiro estado a apresentar e encaminhar um modelo de parceria pública privada dentro de unidades de internação do estado, intitulado de “novo socioeducativo”. A Coalizão tem sido responsável por travar embates e organizar coletivamente junto da Defensoria Pública de Minas Gerais e coletivos, como Desinterna Minas Gerais, uma contra ofensiva a este projeto, apresentando parecer técnico e comparecendo em reuniões para demarcar seu posicionamento contrário. Além disso, a Coalizão tem feito o papel de fiscalização de casos de violência, tortura e homicídios dentro do sistema, encaminhando ofícios e pedido de informações para pressionar o poder público para resolução destes episódios. Por fim, a Coalizão foi convidada pela Coalizão Negra por Direitos para figurar como *amicus curiae* em na Ação Civil Pública Nº 0813132-12.2014.4.05.8300 que trata sobre a realidade da população negra brasileira diante do racismo institucional.

No eixo da produção de conhecimento, a Coalizão junto com o Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo (USP) tem um projeto de extensão que visa contribuir para o fortalecimento de dados sobre o Sistema Socioeducativo diante de um cenário de ausência de informações, já que o último Levantamento do Sinase foi publicado em 2017.

Diante de tudo que foi exposto, a Coalizão se mostra hoje uma referência nacional para a luta de direitos e garantias de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, tendo representação em todas as regiões do país e um alcance grande em muitos estados e assim seguiremos até que as violações no Sistema Socioeducativo acabem!



Encontro do Conselho dirigente 2022 / arquivo Coalizão

#### COMO CITAR ESTE TEXTO

Bauer, Thaisi; Mendes, Paola; Oliveira, Rosana (2023). O trabalho e a atuação da Coalizão Pela Socioeducação na garantia de direitos para adolescentes e jovens no Sistema Socioeducativo. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v. 9, n.1, 180-189. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137trabalhoatuacaocoalizacao>

RECEBIDO EM: 30/03/2023  
APROVADO EM: 22/04/2023